



PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

CONCURSO PÚBLICO – 2012

PROVA TIPO

1

Cargo (Nível Superior):

ANALISTA PREVIDENCIÁRIO

Prova de Português, Raciocínio Lógico, Fundamentos da Administração Pública e Conhecimentos Específicos.

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este **Caderno de Questões** somente deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal.
2. **Assine** neste **Caderno de Questões** e **coloque** o número do seu documento de identificação (RG, CNH etc.).
3. **Antes de iniciar** a prova, **confira** se o **tipo** da prova do **Caderno de Questões** é o mesmo da **etiqueta da banca** e da **Folha de Respostas**.
4. Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Verifique também, se contém **80 (oitenta)** questões objetivas com 5 (cinco) opções cada, caso contrário comunique imediatamente ao Fiscal.
5. Você dispõe de **03h30** (três horas e trinta minutos) para fazer esta prova. Faça-a com tranquilidade, mas **controle seu tempo**. Esse **tempo** inclui a marcação da **Folha de Respostas** das questões objetivas. Você somente poderá sair em definitivo do Local de Prova depois de decorridas **02h00** (duas horas) do seu início.
6. Na **Folha de Respostas**, confira o seu **nome**, o número do seu **documento de identificação** e o **cargo escolhido**.
7. Em hipótese alguma lhe será concedida outra **Folha de Respostas**.
8. Preencha a **Folha de Respostas** utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Na **Folha de Respostas** objetivas, preencha completamente o círculo correspondente à opção escolhida, conforme modelo:

A	B	C	D	E
☐	☐	☐	☒	☐
9. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na **Folha de Respostas de questões objetivas**: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita.
10. A correção da prova objetiva será efetuada de forma eletrônica e considerando-se apenas o conteúdo da **Folha de Respostas**.
11. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, os pontos serão atribuídos a todos os candidatos.
12. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
13. Ao terminar a prova, **devolva** ao **Fiscal de Sala** este **Caderno de Questões**, juntamente com a **Folha de Respostas objetivas** e **assine** a **Lista de Presença**.
14. Nas salas que apresentarem apenas 1 (um) Fiscal de Sala, os 3 (três) últimos candidatos somente poderão ausentar-se do recinto juntos, após a **assinatura** da **Ata de Encerramento** de provas.

Boa Prova!

Nº do doc. de identificação (RG, CNH etc.):

Assinatura do(a) candidato(a):



Português

As questões de 1 a 9 referem-se ao texto abaixo.

Vou por uma rua torta. Sinto cheiro de açúcar, juntamente com o do mar perto. Gaivotas voam sobre os negros trapiches fincados sobre as águas. O oceano que eu sempre via longe, quando o bonde dobrava a curva do farol, está agora perto de mim...

Quem nasce aqui, e respira desde a infância um aroma de açúcar, vento, peixe, maresia, sente que o oceano próximo cola em todas as coisas e seres um transparente selo azul [...] Vou por uma rua torta. Venho por uma rua torta: Já não sei se é dia ou noite, se caminho junto ao mar odorante ou se afundo os pés na lama da lagoa devastada pelos pescadores de sururu. Acima e além da claridade solar da luz do farol, um território intocável. Maceió é, ao mesmo tempo, porto e porta, permanência e travessia, lugar de partida e de chegada, silêncio e melodia (Ledo Ivo, extraído do site: www.bairrosdemaceio.net...).

1. As considerações de Ledo Ivo sobre Maceió

- A) são de estranhamento, próprio de autores que se localizam nas fronteiras, nos limites, à distância dos fatos observados.
- B) revelam a ligação desse escritor com pormenores linguísticos que dispensam os efeitos da imaginação e de ícones subjetivos.
- C) são uma confluência de elementos sensoriais captada no plano da realidade e na ordem da memória, que se processa a partir de um tratamento linguístico de marcante teor poético.
- D) dispensam os elementos pitorescos e se prendem a imagens panorâmicas de uma realidade difusa e distante.
- E) transferem para o plano do texto imagens urbanas concretas, destituindo desse tratamento linguístico as inserções íntimas que fazem da realidade um objeto poético.

2. Quando o autor diz: “Sinto cheiro de açúcar, juntamente com o do mar perto”, isso se remete

- A) a imagens inconsistentes e indiretas de uma cidade portuária.
- B) a um conjunto de sentidos que associam o açúcar e o mar numa mesma concepção imagética.
- C) a uma paisagem dissociada da concepção portuária da cidade.
- D) ao cheiro de açúcar e de mar como índices da memória que não são peculiares à paisagem observada pelo autor.
- E) a uma provocação sensorial, responsável por acionar os impulsos imaginativos na criação de um mundo pretérito.

3. Observe o seguinte período do texto: “Já não sei se é dia ou noite, se caminho junto ao mar odorante ou se afundo os pés na lama da lagoa”. Considerando a estrutura gramatical, é correto afirmar:

- A) o termo “da lagoa” é complemento nominal.
- B) o “se” em “se é dia ou noite” é conjunção integrante.
- C) a 2ª oração do período é sujeito da anterior.
- D) a palavra “se”, nas duas primeiras inserções, é conjunção subordinativa condicional.
- E) apenas na última inserção, o “se” é pronome.

4. Ao construir o texto, Ledo Ivo

- A) dispensa os elementos temáticos provenientes do universo sensível.
- B) desconsiderou a importância de elementos metafóricos.
- C) explorou basicamente os recursos da descrição.
- D) abdicou de estruturas semânticas regionalistas.
- E) procura estabelecer conexões entre o mundo sensível e as instâncias poéticas.

5. A construção textual de Ledo Ivo não apresenta

- A) termos de conotação regionalista.
- B) relação de analogia.
- C) elementos de expressão pitoresca.
- D) antíteses.
- E) conotação terrificante do mar.

6. Observe o excerto: “Gaivotas voam sobre os negros trapiches fincados sobre as águas”. Os termos “gaivotas”, “trapiches” e “águas”, que constituem os sentidos nesse contexto marinho,

- A) são ícones da paisagem que proporcionam significados por uma relação de afinidade.
- B) são alheios ao conjunto de imagens observadas por Ledo Ivo.
- C) dão forma aos elementos sensoriais que proporcionam conceitos indiretos das imagens em evidência.
- D) são indícios essencialmente subjetivos, utilizados pelo autor para concebê-lo no âmbito da construção textual.
- E) são uma espécie de foco secundário, visto que a ideia principal do texto também se aproxima de paisagens transcendentais.

7. A relação entre o mar e a cidade de Maceió, conforme se observa no texto de Ledo Ivo, estabelece uma ideia de

- A) parcimônia.
- B) incompatibilidade.
- C) incongruência.
- D) congruência.
- E) intermitência.

8. Considerando as regras da norma culta, o excerto “Já não sei se é dia ou noite” apresenta um desvio na reescrita:

- A) Já não sei se noite e dia existem.
- B) Já não sei, se há dia e noite.
- C) Já não sei se é dia ou se é noite.
- D) Já não sei se há dia ou se há noite.
- E) Já não sei se deve haver noite e dia.

9. Reestruturando-se o excerto “Vou por uma rua torta. Venho por uma rua torta”, a versão que apresenta a escrita mais adequada é:

- A) Vou por uma rua torta e venho por uma rua torta.
- B) Vou por uma rua torta, todavia venho por uma rua torta.
- C) Vou por uma rua torta, e venho por uma rua torta.
- D) Mesmo indo por uma rua torta, venho por uma rua torta.
- E) Se vou por uma rua torta, venho por uma rua torta.

As questões de 10 a 12 referem-se ao texto abaixo.

Por ser uma comunicação da moda, a publicidade não deixa de ser uma forma típica do processo de dominação burocrático moderna. Enquanto mensagem de persuasão elaborada por criadores especializados, a publicidade liga-se à lógica do poder burocrático próprio das sociedades modernas: embora empregando métodos suaves, trata-se sempre, como nas instituições disciplinares, de guiar de fora os comportamentos, de penetrar na sociedade até seus últimos recônditos. Figura exemplar da administração benevolente dos homens, a publicidade amplia a obra racionalizadora do poder, traduz a extensão da organização burocrática moderna que tem como traço específico produzir, recompor, programar de um ponto de vista exterior e científico o todo coletivo (LIPOVETSKI, Gilles. *O império do efêmero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 191-192).

10. Sobre o texto de Lipovetski, não pode ser considerada uma premissa verdadeira:

- A) O discurso publicitário tem a capacidade de sondar as estruturas da sociedade.
- B) O discurso publicitário não contraria as estratégias ideológicas de dominação.
- C) As estratégias de persuasão compõem a estrutura sógnica do texto publicitário.
- D) A publicidade alheia-se em sua estrutura discursiva às cadeias semânticas da sedução.
- E) A publicidade é um construto de formas discursivas, revelado em função de uma ideologia de rebanho.

11. A oração “embora empregando métodos suaves” expressa no período uma relação semântica de

- A) contraste.
- B) condição.
- C) comparação.
- D) finalidade.
- E) consequência.

12. Considerando o contexto em que foi empregado, no excerto “que tem como traço específico produzir, recompor, programar de um ponto de vista exterior e científico o todo coletivo”:

- A) O termo “de um ponto de vista exterior e científico” é complemento verbal.
- B) Não são de mesma regência os verbos “produzir”, “recompor” e “programar”.
- C) A palavra “que” pode ser substituída por “a qual”.
- D) A palavra “que” pode ser substituída por “o qual”.
- E) O termo “o todo coletivo” é complemento nominal.

As questões 13 e 14 referem-se ao texto abaixo.

Naturalmente, é preciso calar os nossos escrúpulos: com certeza o livro é a forma mais nobre, a mais antiga; não há dúvida de que sempre será preciso voltar a ele, mas existe uma arte literária do rádio e do filme, do editorial e da reportagem. Não há necessidade de vulgarizar: o cinema, por essência, fala às multidões; fala-lhes sobre as multidões e o seu destino; o rádio surpreende as pessoas à mesa ou na cama, no momento em que oferecem um mínimo de defesa, no abandono quase orgânico da solidão. [...] (SARTE, Jean Paul. *O que é literatura?* São Paulo: Ática, 1993, p. 197).

13. Considerando aspectos da norma culta, o excerto “o cinema, por essência, fala às multidões”, aceita a seguinte reescrita:

- A) O cinema, fala às multidões por essência.
- B) Por essência, o cinema fala a multidões.
- C) O cinema, essencialmente, alude as multidões.
- D) Por essência, o cinema fala à multidões.
- E) O cinema, por essência, reporta-se as multidões.

14. Sintaticamente, a parte destacada no excerto “Não há necessidade de vulgarizar” é

- A) aposto.
- B) objeto direto.
- C) objeto indireto.
- D) predicativo.
- E) complemento nominal.

As questões de 15 a 17 referem-se ao texto abaixo.**Sermão da Sexagésima (fragmento)**

- 1 O sermão há-de ser de uma só cor, há-de ter um
- 2 só objecto, um só assunto, uma só matéria.
- 3 Há-de tomar o pregador uma só matéria; há-de
- 4 defini-la, para que se conheça; há-de dividi-la, para que
- 5 se distinga; há-de prová-la com a Escritura; há-de
- 6 declará-la com a razão; há-de confirmá-la com o
- 7 exemplo; há-de amplificá-la com as causas, com os
- 8 efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências
- 9 que se hão-de seguir, com os inconvenientes que se
- 10 devem evitar; há-de responder às dúvidas, há-de
- 11 satisfazer às dificuldades; há-de impugnar e refutar
- 12 com toda a força da eloquência os argumentos
- 13 contrários; e depois disto há-de colher, há-de apertar,
- 14 há-de concluir, há-de persuadir, há-de acabar. Isto é
- 15 sermão, isto é pregar; e o que não é isto, é falar de
- 16 mais alto.

(Padre Antônio Vieira, *Sermões Escolhidos*, São Paulo: Edameris, v.2, 1965.)

15. Dadas as proposições a seguir sobre o texto do Pe. Antônio Vieira,

- I. A respeito da tipologia textual, o excerto acima pode ser caracterizado como predominantemente expositivo, pois nele o objetivo fundamental é a caracterização do sermão.
- II. Como parte de um texto predominantemente injuntivo, o excerto dá instruções que deverão ser seguidas por quem pretenda produzir com eficiência e eficácia um sermão.
- III. Não há, no texto, emprego de aspectos argumentativos, mas uma série de prescrições cuja validade se assenta na autoridade do pregador como alguém responsável pelo ensino da doutrina religiosa.
- IV. Infere-se da leitura do texto, que o sermão, por estar restrito às manifestações religiosas de uma época, não diz mais respeito ao que se espera, atualmente, da pregação.
- V. O emprego dos pronomes demonstrativos no último parágrafo do texto é dêitico, porque atrela o discurso à pessoa do enunciador – o pregador –, e não anafórico, pois, nesse caso, o correto seria o emprego da forma pronominal **isso**.

verifica-se que

- A) estão corretas apenas II e V.
- B) todas estão corretas.
- C) todas estão incorretas.
- D) estão corretas apenas I e III.
- E) estão corretas apenas II, IV e V.

16. Qual a opção incorreta a respeito das relações de sentido das palavras ou expressões do texto, notadamente as de antonímia e sinonímia?

- A) **Impugnar** (linha 11) e **refutar** (linha 11) são sinônimos, devendo-se considerar seu emprego como forma de enfatizar uma mesma ação.
- B) Na frase “O aluno era considerado um pregador de sustos pelos colegas”, a palavra sublinhada não apresenta o sentido com o qual é veiculada no texto.
- C) A palavra **razão** (linha 6) é antônima, no texto, da palavra **sentimento** e sinônima de **inteligência**.
- D) **Amplificar** (linha 7) tem o sentido de tornar mais audível o discurso, já que o pregador de sermões fala, geralmente, em grandes espaços, para muitas pessoas.
- E) **Satisfazer** (linha 11) é sinônimo de **contentar**, cujo sentido também é o de **apaziguar**.

17. Há-de tomar o pregador uma só matéria; há-de defini-la, para que se conheça; há-de dividi-la, para que se distinga. (linhas 3, 4 e 5)

A respeito do período acima, extraído do texto, em que opção se manterá correto o emprego das formas verbais, quanto ao emprego dos tempos e modos?

- A) Terá havido de tomar o pregador uma só matéria; terá havido de defini-la, para que se houvesse conhecido; terá havido de dividi-la, para que houvesse distinguido.
- B) Houve de tomar o pregador uma só matéria; houve de defini-la, para que se houvesse conhecido; houve de dividi-la, para que houvesse distinguido.
- C) Haverá de tomar o pregador uma só matéria; haverá de defini-la, para que se conhecesse; haverá de dividi-la, para que se distinguisse.
- D) Haveria de tomar o pregador uma só matéria; havendo de defini-la, para que se haja conhecido; houve de dividi-la, para que haveria distinguido.
- E) Haverá de tomar o pregador uma só matéria; haverá de defini-la, para que se conheça; haverá de dividi-la, para que se distinga.

As questões de 18 a 20 referem-se ao texto abaixo.

Pavão

1 Eu considerei a glória de um pavão ostentando o
2 esplendor de suas cores; é um luxo imperial. Mas andei
3 lendo livros, e descobri que aquelas cores todas não
4 existem na pena do pavão. Não há pigmentos. O que
5 há são minúsculas bolhas d'água em que a luz se
6 fragmenta, como em um prisma. O pavão é um arco-
7 íris de plumas.

8 Eu considerei que este é o luxo do grande artista,
9 atingir o máximo de matizes com o mínimo de
10 elementos. De água e luz ele faz seu esplendor; seu
11 grande mistério é a simplicidade.

12 Considerei, por fim, que assim é o amor, oh!
13 minha amada; de tudo que ele suscita e esplende e
14 estremece e delira em mim existem apenas meus olhos
15 recebendo a luz de teu olhar. Ele me cobre de glórias e
16 me faz magnífico.

(Rubem Braga, Texto extraído do livro "Ai de ti, Copacabana",

Editora do Autor, Rio de Janeiro, 1960, pág. 149)

18. Em que opção há, no primeiro vocábulo, uma letra representando o mesmo fonema que a letra X representa em **máximo** (linha 9), e, no segundo vocábulo, uma letra representando o mesmo fonema que a letra X em **existem** (linhas 4 e 14):

- A) maçarico – texto
- B) pêsames – tóxico
- C) enxovalhar – hesitar
- D) sintaxe – inexorável
- E) ortodoxo – leveza

19. Dadas as proposições a seguir sobre o texto de Rubem Braga,

- I. A ideia central do texto é a maneira como o autor busca persuadir a sua amada (linhas 12 e 13) da verdadeira natureza das cores das penas do pavão.
- II. O autor vale-se de uma comparação ou símile em “a luz se fragmenta, como em um prisma” (linhas 5 e 6) e de uma metáfora em “O pavão é um arco-íris de plumas” (linhas 6 e 7).
- III. Há, no texto de Rubem Braga, emprego de pronome demonstrativo com função anafórica na linha 3, e de pronome demonstrativo com função catafórica na linha 8.
- IV. Os pronomes pessoais retos do último parágrafo do texto fazem referência ao substantivo “**amor**” (linhas 12).
- V. O ponto e vírgula presente na linha 13 pode ser substituído por dois-pontos, fazendo-se as devidas alterações na ordem das palavras após o vocativo “**minha amada**”.
- VI. Nas ocorrências do último período do texto, o pronome **me** exerce função sintática de objeto direto.

verifica-se estarem corretas

- A) IV e V, apenas.
- B) I, II e III, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) I, III, V e VI, apenas.
- E) II, III, IV e VI, apenas.

20. Há uma relação de causa e efeito, nessa ordem de apresentação, entre os seguintes segmentos do texto:

- A) *Mas andei lendo livros, / e descobri que aquelas cores todas não existem na pena do pavão.* (linhas 2, 3 e 4)
- B) *aquelas cores todas não existem na pena do pavão. / Não há pigmentos.* (linhas 3 e 4)
- C) *O que há são minúsculas bolhas d'água / em que a luz se fragmenta.* (linhas 4, 5 e 6)
- D) *a luz se fragmenta, / como em um prisma* (linhas 5 e 6)
- E) *seu grande mistério / é a simplicidade.* (linhas 10 e 11)

Raciocínio Lógico

21. A negação da proposição “Nenhuma cerveja não é amarga” é:

- A) Todas as cervejas não são amargas.
- B) Existem cervejas que não são amargas.
- C) Nenhuma cerveja é amarga.
- D) Todas as cervejas são amargas.
- E) Existem cervejas que são amargas.

22. O instituto de estatística de Maceió fez uma pesquisa questionando os entrevistados com a seguinte pergunta: “Quais modalidades esportivas você tem interesse em assistir nas Olimpíadas de 2016?” Os dados foram coletados e apresentados, segundo a seguinte tabela:

Modalidade esportiva	Número de respostas aderentes
Futebol	98
Voleibol	75
Natação	46
Futebol e Voleibol	18
Futebol e Natação	14
Voleibol e Natação	12
Futebol, Voleibol e Natação	8

Diante dos dados apresentados na tabela, analise as afirmativas abaixo.

- I. 74 entrevistados responderam que apenas têm interesse em assistir aos jogos de futebol.
- II. 28 entrevistados responderam que têm interesse em assistir apenas uma dentre as três modalidades esportivas mencionadas na entrevista.
- III. 85 entrevistados responderam que não têm interesse em assistir aos jogos de futebol.

Verifica-se que está(ão) correta(s)

- A) I, II e III.
- B) apenas I e III.
- C) apenas I e II.
- D) apenas I.
- E) apenas II.

23. Considere a sucessão de valores da figura abaixo.

0	2	1	2	3	5	4	7
2	0	5	1	5	3	9	x

Qual opção corresponde ao valor x da tabela?

- A) 3
- B) 5
- C) 12
- D) 2
- E) 9

24. Um *software* do mercado realiza algumas funções de atalho por meio da combinação de teclas. Para isso, utiliza, no mínimo, duas das três teclas conhecidas como CTRL, SHIFT e Fn, que devem ser pressionadas simultaneamente, e, em seguida, devem ser pressionados dois algarismos distintos de 0 a 9. Qual é a quantidade de funções de atalho diferentes que este *software* possui?

- A) 260
- B) 360
- C) 280
- D) 430
- E) 330

25. Considere as sentenças abaixo.

- I. A cor do uniforme do CBB é vermelha e a do CSS é azul.
- II. Se o uniforme do CBB é azul, não haverá campeonato.
- III. Não é verdade que a cor do uniforme do CSS é vermelha e que não haverá campeonato.

Admitindo-se que todas as sentenças sejam verdadeiras, é correto afirmar:

- A) CBB e CSS são times do campeonato.
- B) a cor do uniforme do CBB é vermelha ou a do CSS é azul.
- C) não haverá campeonato.
- D) se o uniforme do CSS é azul, não haverá campeonato.
- E) se o uniforme do CBB é vermelho, não haverá campeonato.

26. Uma empresa, para garantir a privacidade dos seus dados, estabeleceu uma norma de segurança em que todos os funcionários devem adotar uma senha de acesso a computadores. A senha deve conter 5 algarismos distintos, mas com a restrição de que o último algarismo da senha seja o triplo do primeiro. Diante dessa regra, qual o número máximo de tentativas diferentes que um usuário não autorizado levaria para descobrir uma senha?

- A) 110
- B) 980
- C) 1008
- D) 860
- E) 1230

27. Cláudio, Mauro e Fábio são amigos de Pedro, um flamenguista fanático. No aniversário de Pedro, um dos três amigos comprou uma camisa do Vasco e enviou para ele em nome dos três amigos. Pedro ficou furioso e perguntou aos três amigos quem teve a infeliz ideia.

- Foi Fábio, disse Cláudio.
- Fui eu, disse Mauro.
- Foi Mauro, disse Fábio.

Sabendo-se que apenas um dos amigos falou a verdade, e que Pedro sabia que Mauro estava mentindo, podemos concluir que

- A) Mauro ou Cláudio foi o mentor da ideia.
- B) Fábio, além de mentir, foi o mentor da ideia.
- C) Cláudio mentiu, mas não foi o mentor da ideia.
- D) Fábio disse a verdade.
- E) Não foi Fábio o mentor da ideia.



28. Considere as seguintes premissas:

- Os Homens são fortes.
- Pessoas fortes são amadas.
- Quem sabe cozinhar não é amado.

Assinale a única opção que não é uma consequência lógica das premissas apresentadas.

- A) Homens são amados.
- B) Homens não sabem cozinhar.
- C) Pessoas amadas são fortes.
- D) Pessoas amadas não sabem cozinhar.
- E) Pessoas fortes não sabem cozinhar.

29. Em uma empresa existem 9 coordenadores de setores. Em um congresso de interesse da empresa, o Diretor-Geral deverá escolher 4 desses coordenadores para representá-la neste congresso. De quantas maneiras o Diretor-Geral poderá fazer essa escolha?

- A) 134
- B) 128
- C) 126
- D) 129
- E) 132

30. Considere as letras da palavra **LÓGICA**. Com relação aos anagramas obtidos com todas as letras dessa palavra podemos dizer que:

- A) Existem 148 anagramas que começam e terminam com vogal.
- B) Existem 740 anagramas dessa palavra.
- C) Existem 26 anagramas que começam com **GÓ**.
- D) Existem 360 anagramas que começam com consoantes.
- E) Existem 7 anagramas com as letras **CILA**, juntas e nessa ordem.

Fundamentos da Administração Pública

31. Indique o modelo de administração pública onde foram gerados os princípios da impessoalidade e do formalismo.

- A) *Public management*
- B) Burocrático
- C) Inovador
- D) Gerencial
- E) Patrimonialista

32. O controle financeiro exercido pelo Poder Legislativo não abrange

- A) pessoas físicas que utilizem, arrecadem, guardem, gerenciem ou administrem dinheiros, bens e valores públicos.
- B) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
- C) o controle de legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações.
- D) o controle da legitimidade dos atos, de maneira a admitir o exame de mérito, tal qual ocorre com a verificação de que determinada despesa atende à ordem de prioridades do plano plurianual.
- E) o controle de economicidade, que envolve questões de legalidade em sentido estrito, ou seja, de adequação aos comandos legais, para verificar se o órgão procedeu, na aplicação de despesa pública, de modo isonômico.

33. O princípio específico aplicado às Licitações e aos Contratos Administrativos pelo qual se “impõe a obrigação ampla ao Poder Público de fomentar não apenas o mercado nacional de bens e serviços, mas em especial de atender aos interesses nacionais, por exemplo, nas licitações de serviços públicos nas áreas de telecomunicações, transportes, logística, entre outros, no sentido de que a itemização ou divisão de lotes em tais licitações contemplem o desenvolvimento das regiões menos favorecidas (e, portanto, menos atrativas sob o aspecto financeiro), tanto aquelas mais desenvolvidas.” (In MOTTA, Carlos Pinto Coelho (Coord.). *Curso prático de direito administrativo*. 3 ed., rev. atual. e amp., Belo Horizonte: Del Rey, 2011, p. 237-238); que busca um desenvolvimento voltado à manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida, é nominado de

- A) Princípio da vinculação ao edital.
- B) Princípio da isonomia.
- C) Princípio da promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
- D) Princípio da aceleração do crescimento.
- E) Princípio do julgamento objetivo das propostas.

34. Assinale a opção que não se encontra listada dentro das competências privativas do Prefeito Municipal, na forma da Lei Orgânica do Município de Maceió.

- A) Enviar à Câmara Municipal o plano plurianual de investimentos e as propostas de orçamento previstas nesta Lei Orgânica.
- B) Representar o Município, em juízo e fora dele.
- C) Remeter mensagem e plano de Governo à Câmara Municipal, por ocasião da abertura de cada sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias.
- D) Prestar, anualmente, à Câmara Municipal, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, contados do término do exercício financeiro, as contas a este pertinentes.
- E) Remeter à Câmara Municipal, até o dia 20 (vinte) de cada mês, o duodécimo da dotação orçamentária que lhe for reservada.

35. Na forma regulada pela Lei nº 4.973/2000, Estatuto dos Servidores Municipais, além do vencimento e das vantagens nela previstas, serão deferidos aos servidores as seguintes gratificações e adicionais, exceto:

- A) adicional de ajuda de custo.
- B) gratificação natalina.
- C) gratificação pelo exercício de função de confiança.
- D) gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva.
- E) adicional noturno.

36. São previstas as seguintes formas de provimento de cargos públicos no Estatuto dos Servidores Municipais de Maceió – Lei n.º 4.973/00: a nomeação; a readaptação; a reintegração; a reversão; e o aproveitamento. Qual das opções abaixo corresponde à forma de provimento reversão?

- A) É o reingresso no serviço público do servidor estável posto em disponibilidade, em outro cargo de natureza e vencimentos compatíveis com o cargo anteriormente ocupado.
- B) É a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica realizada por Junta Médica Oficial.
- C) É o retorno à atividade, a pedido ou de ofício do servidor aposentado por invalidez, quando por Junta Médica Oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- D) É o ato formal por meio do qual o poder público atribui um determinado cargo a uma pessoa estranha a seus quadros.
- E) É a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

37. No tocante aos instrumentos de transparência previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) houve considerável avanço na questão do endividamento. Qual das opções abaixo não corresponde ao previsto na LRF no que tange ao endividamento?

- A) Impôs vedações para a realização de operações de crédito.
- B) Regulamentou mecanismos de recondução das dívidas aos limites estabelecidos.
- C) Promoveu definição clara dos conceitos básicos, quais sejam “dívida pública consolidada ou fundada”, “dívida pública mobiliária”, “operação de crédito”, “concessão de garantia” e “refinanciamento da dívida mobiliária”.
- D) Fixou limites mínimos para o montante da dívida pública e das operações de crédito.
- E) Normatizou regras de transparência, como por exemplo, a divulgação mensal pelo Ministério da Fazenda, da relação dos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária.

38. A administração pública voltada para o cidadão requer um novo estilo de trabalho baseado, fundamentalmente, na autonomia do cidadão usuário. Três estratégias são apontadas como cruciais na implementação desta nova filosofia de administração pública: conceder o poder de escolha dos serviços ao cidadão (escolha do cliente); fornecer opções competitivas de serviços (escolha competitiva); e assegurar a qualidade. Dados os instrumentos abaixo que correspondem aos adotados na estratégia de escolha competitiva,

- I. Sistema de escolha pública.
- II. Programas de reembolso e recibo.
- III. Sistema de escolha pública competitiva.
- IV. Padrões de serviço.

Verifica-se que está(ão) correto(s)

- A) I, II e III, apenas.
- B) I, II, III e IV.
- C) I, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) II e III, apenas.

39. Qual das opções abaixo corresponde ao previsto no Art. 21 (item I) da Lei Orgânica do Município de Maceió, que trata que é vedado ao Vereador desde a diplomação?

- A) Fixar residência fora do território do Município.
- B) Ser proprietário ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.
- C) Ocupar, no âmbito da administração municipal, cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*.
- D) Aceitar cargo, emprego ou função da Administração Pública Municipal, direta ou descentralizada, salvo em decorrência de concurso público, respeitada a ordem classificatória final.
- E) Exercer outro cargo eletivo municipal, federal ou estadual.

40. De acordo com o Art. 210 do Estatuto dos Servidores Municipais de Maceió – Lei n.º 4.973/00, são dependentes habilitados como beneficiários do recebimento da pensão temporária por morte:

- I. o companheiro ou companheira designada que comprove união estável, como entidade familiar;
- II. a pessoa desquitada, separada judicialmente ou divorciada com percepção de pensão alimentícia;
- III. os filhos até 21 anos de idade e se inválidos enquanto durar a invalidez;
- IV. a irmã ou irmão órfão, até 21 anos de idade, se comprovar dependência econômica exclusiva do servidor falecido e se inválido enquanto durar a invalidez;
- V. menor sob guarda e tutela judicial com dependência econômica exclusiva do servidor até 21 anos de idade e se inválido enquanto durar a invalidez.

Estão corretos os itens

- A) II, III e IV, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) I, III, IV e V.
- D) I, II e V, apenas.
- E) III, IV e V, apenas.

Conhecimentos Específicos

41. Assinale a opção correta sobre as seguintes definições previstas, para efeitos de orientação normativa específica do Ministério da Previdência Social, para os regimes próprios de previdência social.

- A)** Tempo de efetivo exercício no serviço público: o tempo contínuo e ininterrupto de exercício de cargo, função ou emprego público na Administração direta, indireta, autárquica ou fundacional da União, dos Estados e, com relação aos Municípios, apenas daqueles que possuem regime próprio de previdência social.
- B)** Taxa de administração: o valor dos recursos previdenciários estabelecido na legislação de cada ente, para custear as despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do regime próprio de previdência social.
- C)** Equilíbrio financeiro: a garantia de equivalência geométrica entre as contribuições sociais a receber e as obrigações do regime próprio de previdência social em cada mês.
- D)** Equilíbrio atuarial: a garantia de diminuição progressiva do déficit, a valor presente, considerado o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas matematicamente, a curto e a curtíssimo prazo.
- E)** Remuneração do cargo efetivo: o valor constituído pelos vencimentos e pelas vantagens pecuniárias transitórias do respectivo cargo ou função, estabelecidas nas normas gerais da União para os regimes próprios de previdência social, acrescido dos adicionais de caráter geral e das vantagens pessoais permanentes.

42. O crime de sonegação de contribuição previdenciária consiste em suprimir ou reduzir contribuição social previdenciária e qualquer acessório, mediante a(s) seguinte(s) conduta(s):

- I.** omitir de folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária segurados empregado, empresário, trabalhador avulso ou trabalhador autônomo ou a este equiparado que lhe prestem serviços;
- II.** deixar de lançar mensalmente nos títulos próprios da contabilidade da empresa as quantias descontadas dos segurados ou as devidas pelo empregador ou pelo tomador de serviços;
- III.** omitir, total ou parcialmente, receitas ou lucros auferidos, remunerações pagas ou creditadas e demais fatos geradores de contribuições sociais previdenciárias.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- A)** II e III, apenas.
- B)** I e III, apenas.
- C)** I, II e III.
- D)** I e II, apenas.
- E)** III, apenas.

43. Assinale a opção correta sobre a compensação previdenciária.

- A)** O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – manterá cadastro atualizado de todos os benefícios objeto de compensação financeira, totalizando o quanto deve para cada regime próprio de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como o montante devido por cada um deles para o Regime Geral de Previdência Social, como compensação financeira e pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias, taxas de administração e imposto de renda no prazo legal.
- B)** O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – manterá cadastro atualizado de todos os benefícios objeto de compensação financeira, totalizando o quanto deve para cada regime próprio de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como o montante por eles devido, global e cumulativamente apenas, ao Regime Geral de Previdência Social, como compensação financeira e pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias no prazo legal.
- C)** O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – manterá cadastro atualizado de todos os benefícios objeto de compensação financeira, totalizando o quanto deve para cada regime próprio de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como o montante devido por cada um deles para o Regime Geral de Previdência Social, como compensação financeira e pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias no prazo legal.
- D)** O CONAPREV, órgão nacional encarregado da compensação previdenciária, manterá cadastro atualizado de todos os benefícios objeto de compensação financeira, totalizando o quanto deve para cada regime próprio de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como o montante devido por cada um deles para o Regime Geral de Previdência Social, como compensação financeira e pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias no prazo legal.
- E)** O CONAPREV, órgão nacional encarregado da compensação previdenciária, manterá cadastro atualizado de todos os benefícios objeto de compensação financeira, totalizando o quanto deve para cada regime próprio de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como o montante por eles devido, global e cumulativamente apenas, ao Regime Geral de Previdência Social, como compensação financeira e pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias e imposto de renda no prazo legal.

44. “Petição dirigida à autoridade imediatamente superior à que proferiu a decisão questionada, postulando sua reforma ou supressão”:

- A)** denúncia.
- B)** pedido de reconsideração.
- C)** reclamação administrativa.
- D)** representação.
- E)** recurso hierárquico.



45. Assinale a opção correta sobre o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Maceió e os direitos previdenciários do segurado perante o Instituto de Previdência Municipal de Maceió (IPREV).

- A)** O segurado que deixar de contribuir para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Maceió por mais de três meses consecutivos, ou seis meses alternadamente, terá seus direitos definitivamente cancelados.
- B)** O segurado que deixar de contribuir para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Maceió por mais de três meses consecutivos, ou seis meses alternadamente, terá seus direitos suspensos por, no máximo, um ano.
- C)** O segurado que deixar de contribuir para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Maceió por mais de três meses consecutivos, ou seis meses alternadamente, terá seus direitos suspensos por, no máximo, seis meses.
- D)** O segurado que deixar de contribuir para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Maceió por mais de três meses consecutivos, ou seis meses alternadamente, terá seus direitos suspensos até o restabelecimento e regularização das respectivas contribuições.
- E)** O segurado que deixar de contribuir para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Maceió por mais de seis meses consecutivos, ou doze meses alternadamente, terá seus direitos cancelados até o restabelecimento e regularização das respectivas contribuições.

46. Assinale a opção correta sobre o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Maceió e os direitos previdenciários do segurado perante o Instituto de Previdência Municipal de Maceió (IPREV).

- A)** Será cancelada a inscrição do segurado que, não estando em gozo de benefício proporcionado por este regime de previdência, perder a condição de servidor público do Município de Maceió.
- B)** Será suspensa a inscrição do segurado que, não estando em gozo de benefício proporcionado por este regime de previdência, sofrer penalidade de suspensão superior a trinta dias na condição de servidor público do Município de Maceió.
- C)** Será cancelada a inscrição do segurado que, não estando em gozo de benefício proporcionado por este regime de previdência, sofrer penalidade de suspensão superior a sessenta dias na condição de servidor público do Município de Maceió.
- D)** Será cancelada a inscrição do segurado que, mesmo estando em gozo de benefício proporcionado por este regime de previdência, vier, na qualidade de servidor público do Município de Maceió, a ser punido por falta grave, mesmo não perdendo aquela qualidade.
- E)** Será suspensa a inscrição do segurado que, não estando em gozo de benefício proporcionado por este regime de previdência, perder a condição de servidor público do Município de Maceió.

47. Assinale a opção correta sobre o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Maceió (RPPS).

- A)** Para fins de concessão de aposentadoria pelo RPPS, é sempre possível a contagem de tempo de contribuição fictício.
- B)** Para fins de concessão de aposentadoria pelo RPPS, é vedada, ressalvados os casos de direito adquirido, a contagem de tempo de contribuição fictício.
- C)** Para fins de concessão de aposentadoria pelo RPPS, é vedada a contagem do tempo de contribuição cumprido em outro cargo público efetivo do Município de Maceió, mesmo que o servidor público tenha sido exonerado a pedido daquele cargo e não tenha utilizado o respectivo tempo de contribuição.
- D)** Para fins de concessão de aposentadoria pelo RPPS, será sempre vedada, mesmo nos casos de direito adquirido, a contagem de tempo de contribuição fictício, salvo se o servidor recolher as respectivas contribuições em dobro.
- E)** Para fins de concessão de aposentadoria pelo RPPS, é vedada a contagem do tempo de contribuição cumprido em outro cargo público efetivo do Município de Maceió se o servidor público foi demitido daquele cargo, mesmo que tenha sido reabilitado e se submetido a novo concurso público, além de não ter utilizado o respectivo tempo de contribuição.

48. Assinale a opção incorreta sobre a inscrição dos dependentes no Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Maceió.

- A)** A perda da condição de segurado implica o automático cancelamento da inscrição de seus dependentes.
- B)** As informações referentes aos dependentes deverão ser comprovadas documentalmente.
- C)** Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, os quais poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetivado.
- D)** A inscrição de dependente inválido requer sempre a comprovação desta condição por inspeção médica, mediante a emissão de laudo médico pericial pela Junta Médica Oficial do Município.
- E)** Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, os quais não poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetivado.

49. Não se aplica a órgãos públicos a seguinte afirmativa:

- A)** Aos órgãos são cometidas funções determinada, sendo integrados por agentes que, quando as executam, manifestam a própria vontade do Estado.
- B)** Compõem grande número de repartições internas, necessárias à organização do Estado.
- C)** A criação e extinção de órgãos dependem de lei.
- D)** A criação e extinção de órgãos dependem de decreto.
- E)** A vontade do órgão público é imputada à pessoa jurídica a cuja estrutura pertence.

50. A Administração pratica inúmeros atos que não interessa considerar como atos administrativos, exemplo é:

- A) edital de licitação.
- B) exoneração de um servidor.
- C) nomeação de um servidor para cargo comissionado.
- D) locação de uma casa para nela instalar-se uma repartição pública.
- E) parecer.

51. Dados os itens seguintes quanto às normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes políticos,

- I. Os vencimentos do Executivo são paradigma para o Legislativo e o Judiciário.
- II. Não é proibida a vinculação de vencimentos.
- III. É desnecessária lei para fixação ou alteração de remuneração.
- IV. Os cálculos de acréscimos pecuniários podem ser acumulados para concessão de acréscimos ulteriores.

verifica-se que

- A) todas estão corretas.
- B) apenas I está correto.
- C) apenas I e II estão corretos.
- D) apenas I, II e III estão corretos.
- E) apenas II, III e IV estão corretos.

52. Dadas as afirmativas seguintes sobre a prescrição da ação de improbidade,

- I. A prescrição ocorre cinco anos após o término do exercício do mandato.
- II. A prescrição ocorre no mesmo prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público.
- III. São imprescritíveis as ações de ressarcimento por danos causados por agentes públicos, seja ele servidor público ou não.
- IV. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos somente se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

verifica-se que

- A) todas estão corretas.
- B) apenas I está correta.
- C) apenas I e II estão corretas.
- D) apenas I, II e III estão corretas.
- E) apenas III e IV estão corretas.

53. Assinale a opção correta.

- A) O princípio da ampla defesa não se aplica ao processo administrativo.
- B) Verdade sabida é o desconhecimento pessoal e direto da falta pela autoridade.
- C) Não é possível aplicar a pena pela verdade sabida quando se tratar de repreensão e suspensão.
- D) O instituto da verdade sabida não mais prevalece, diante do princípio do contraditório e da ampla defesa.
- E) O princípio da ampla defesa para o processo penal não é aplicável às esferas civil e administrativa.

54. Sobre o processo legislativo previsto na Constituição Federal para aprovação das leis orçamentárias, assinale a única opção correta.

- A) Uma vez aprovada no Congresso Nacional, o projeto de lei orçamentária anual seguirá para sanção do Presidente da República, que poderá vetá-lo, no todo ou em parte, desde que o veto não implique a existência de recursos sem despesas correspondentes.
- B) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual serão apreciados exclusivamente pelo Senado Federal, cabendo à Câmara dos Deputados apenas emitir parecer sobre a constitucionalidade e adequação orçamentária.
- C) Caberá à Comissão de Finanças e Tributação de ambas as Casas Legislativas do Congresso Nacional examinar a compatibilidade e a adequação orçamentária das emendas apresentadas à lei orçamentária anual.
- D) No processo legislativo de aprovação da lei orçamentária anual não caberão emendas que não sejam rigorosamente compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias e indiquem os recursos de que necessitem mediante anulação de despesa, inclusive dotações para pessoal.
- E) O projeto de lei orçamentária anual é de iniciativa do Chefe do Poder Executivo e será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

55. Sobre o controle de despesa com pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a única opção verdadeira.

- A) Se a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedado ao Poder ou órgão contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.
- B) A Lei Complementar n.º 101, de 2000, estabelece limites para despesa total com pessoal de todos os entes da Federação, conceito em que se incluem exclusivamente os gastos com ativos, quaisquer que sejam os cargos, funções e empregos que ocupem no Poder Executivo.
- C) De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o aumento da despesa com pessoal que descumpra os requisitos estabelecidos é nulo de pleno direito, além de sujeitar o gestor, por força de lei complementar, às sanções previstas pela prática de ato de improbidade administrativa.
- D) Excedidos os limites aplicáveis à despesa com pessoal, a criação e expansão de ação governamental deverá vir acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, sob pena de ineficácia.
- E) Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão.

56. Assinale a opção incorreta sobre as receitas municipais.

- A) Constituem receita pública dos municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- B) Constitui receita pública dos municípios a totalidade dos recursos obtidos por meio da cobrança de imposto sobre serviços de qualquer natureza, exceto transporte intermunicipal e interestadual e comunicação.
- C) Constitui receita pública dos municípios a totalidade daquilo que se arrecadar por meio do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- D) Constituem receita pública dos municípios setenta por cento dos recursos obtidos por meio do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários incidente sobre ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.
- E) Constituem receita pública dos municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, desde que optem por realizar sua cobrança e fiscalização.

57. Sobre as subvenções assinale a opção incorreta.

- A) Em se tratando de subvenções econômicas, a valor das transferências será calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados na lei orçamentária.
- B) A concessão de subvenções sociais visará à prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada, aplicados a esses objetivos, revelar-se mais econômica.
- C) A legislação brasileira em matéria de finanças públicas considera subvenções as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas.
- D) As subvenções sociais são transferências correntes que se destinam a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa.
- E) As subvenções econômicas destinam-se a empresas públicas ou privadas, vedada a ajuda financeira, a qualquer título, a entidade de fins lucrativos, salvo havendo autorização expressa em lei especial.

58. De acordo com o texto constitucional, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos

- A) à saúde, à previdência social e à assistência social.
- B) à educação, à saúde e à assistência social.
- C) ao trabalho, à assistência social e à moradia.
- D) ao esporte, à saúde e à segurança alimentar.
- E) ao meio ambiente, à ciência e tecnologia e à previdência social.

59. Quanto aos estágios da despesa pública, assinale a opção incorreta.

- A) O pagamento da despesa, ainda que empenhado valor correspondente, somente será efetuado quando ordenado, após sua regular liquidação.
- B) Os gastos públicos não podem, em regra, ser validamente realizados sem prévio empenho, dispensada a emissão da nota de empenho em casos excepcionais.
- C) O empenho das despesas públicas pressupõe prévia e suficiente existência de crédito orçamentária ou adicional.
- D) Considera-se empenho ato que cria para o Estado obrigação de pagamento, mediante verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- E) A "nota de empenho" deverá indicar o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

60. De acordo com a Constituição Federal, cabe ao plano plurianual:

- A) prever a receita pública para os quatro exercícios financeiros seguintes e fixar a despesa, além de autorizar, de forma regionalizada, a abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, se necessário.
- B) fixar metas e prioridades da administração pública, notadamente as despesas de capital para os exercícios financeiros subsequentes e orientar a elaboração da lei orçamentária anual.
- C) dispor sobre as alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, juntamente com diretrizes, objetivos e metas da administração pública.
- D) prever despesas de grande vulto, as relativas aos programas de duração continuada, bem como a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- E) prever investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro e estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal, no que se refere a despesas de capital.

61. Sobre a vigência, aplicação e interpretação da legislação tributária, assinale a única opção errada.

- A) Na interpretação e integração da Legislação Tributária, os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não podem definir os respectivos efeitos tributários.
- B) A lei nova aplica-se a ato ou fato pretérito se cominar penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
- C) De acordo com o Código Tributário Nacional, devem ser interpretados de forma literal tanto a outorga de isenção, quanto a dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- D) De acordo com o Código Tributário Nacional, nos casos de dúvida, a legislação tributária interpreta-se da maneira mais favorável contribuinte, respeitados os princípios tributários.
- E) Poderão entrar em vigor, no mesmo exercício em que ocorra a sua publicação, os dispositivos de lei que reduzam tributos ou instituem isenções.

62. Dadas as proposições seguintes quanto à competência constitucional para instituição das operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação,

- I. Poderá ser não cumulativo, fazendo-se a compensação do que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.
- II. Tal como o imposto sobre produtos industrializados deverá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços.
- III. Não poderá ser objeto de isenção que acarrete renúncia fiscal.
- IV. Poderá o Senado Federal fixar suas alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros.

verifica-se que está(ão) correta(s) apenas

- A) IV, apenas.
- B) I, apenas.
- C) I e II.
- D) II e III, apenas.
- E) II, III e IV.

63. Sobre o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana, assinale a única opção incorreta.

- A) Alterações em sua base de cálculo, ainda que impliquem aumento da carga fiscal, poderão vigorar no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei.
- B) Tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, e como base de cálculo o valor fundiário do imóvel.
- C) De acordo com a alteração promovida pela Emenda Constitucional n. 29, de 2000, o imposto poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel e ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do bem.
- D) A legislação nacional define como contribuinte do imposto o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.
- E) Poderá ser progressivo no tempo, a fim de que o proprietário promova seu adequado aproveitamento.

64. Sobre as taxas, assinale a única opção verdadeira.

- A) De acordo com o texto constitucional, sempre que possível, terão caráter pessoal e serão graduadas segundo a capacidade econômica do contribuinte, nos termos da lei.
- B) São impostos que podem ser instituídos por todos os entes federados, em razão do exercício de poder de polícia.
- C) Não podem ser exigidas ou aumentadas sem lei anterior que a estabeleça, nem antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que as instituiu ou aumentou.
- D) São tributos não vinculados e não podem ter base de cálculo própria de imposto ou contribuição.
- E) Assim como as contribuições de melhoria, são espécie do gênero tributo vinculado, eis que ambos somente podem ser cobrados nos casos de prestação de serviço públicos.

65. O Estado-membro, no exercício da competência tributária, poderá

- A) conceder isenções sobre operações relativas à circulação de mercadorias, em função da essencialidade das mercadorias, desde que não impliquem renúncia de receita, nem acarretem a anulação do crédito relativo às operações anteriores.
- B) instituir imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por ele, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- C) instituir contribuições de melhoria e taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização de bens públicos ou serviços públicos específicos e indivisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- D) instituir imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, cujas alíquotas mínimas serão fixadas pelo Congresso Nacional.
- E) instituir imposto sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal.

66. Com relação aos proventos de aposentadoria do servidor público titular de cargo efetivo que tenha ingressado no serviço público após a EC nº 41/03, com regulamentação pela Lei n.º 10.887/04, é incorreto afirmar:

- A) A contribuição social do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, será de 11% (onze por cento), incidente sobre a totalidade da base de contribuição.
- B) A EC nº 41/03 extinguiu a integralidade e passou a condicionar o cálculo dos proventos à base de cálculo das contribuições do servidor para sua aposentadoria, nos termos da Lei nº 10.887/04.
- C) Excepcionado o caso de não ter havido contribuição para o regime próprio nas competências a partir de julho de 1994, no cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, previsto no § 3º do art. 40 da Constituição Federal e no art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência de julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.
- D) Os proventos, calculados de acordo com a Lei n.º 10.887/04, por ocasião de sua concessão, não poderão ser inferiores ao valor do salário-mínimo nem exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.
- E) A EC nº 41/03 instituiu a paridade, quando alterou a Constituição para assegurar ao servidor o direito ao reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos na Lei nº 10.887/2004.

67. Assinale a única opção verdadeira.

- A) Às contribuições sociais e intervenção aplica-se o princípio da não cumulatividade, cabendo à lei complementar a disciplina de seu regime de compensação.
- B) A Constituição autoriza os Municípios e o Distrito Federal a instituir taxa, cujas receitas serão vinculadas ao custeio do serviço de iluminação pública, facultando-se sua inclusão na fatura mensal de consumo de energia.
- C) Além da União, todos os demais entes da Federação poderão instituir contribuição, cobrada de seus respectivos servidores, para o custeio de regime próprio de previdência, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União.
- D) As contribuições sociais poderão incidir exclusivamente sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, faturamento, receita, lucro e receita de concursos de prognósticos.
- E) As contribuições sociais não se sujeitam ao princípio da noventena, mas somente poderão ser cobradas no exercício posterior àquele em que forem instituídas ou majoradas.

68. Considerando que o beneficiário é a pessoa física, segurado ou dependente que esteja em gozo de benefício ou serviço previdenciário, assinale a opção que, dentro do conceito retro, não representa hipótese passível de vir a figurar como beneficiário no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social.

- A) O dependente de servidor público titular de cargo efetivo.
- B) O servidor público em estágio probatório.
- C) O servidor público titular de cargo efetivo.
- D) O servidor público ocupante de cargo em comissão de provimento ou recrutamento limitado, para o qual se exige a condição de servidor de carreira em casos, condições e percentuais mínimos fixados em lei, isto é, o titular de cargo efetivo.
- E) O servidor público temporário, contratado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e que tenha ingressado no serviço público em data posterior à publicação da Emenda Constitucional nº 20/98.

69. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988, o servidor público vinculado a regime próprio de previdência social será aposentado

- A) compulsoriamente, aos setenta e cinco anos de idade, se homem, e aos setenta e dois anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- B) compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- C) compulsoriamente, aos sessenta e sete anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- D) compulsoriamente, aos setenta e dois anos de idade, se homem, e aos sessenta e sete anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- E) compulsoriamente, aos setenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta e sete anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

70. Com relação à previdência complementar, assinale a opção incorreta.

- A) É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado.
- B) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de previdência próprio, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.
- C) Trata-se de regime de previdência pública, de caráter complementar, organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social e ao regime de previdência próprio do servidor público.
- D) A previdência complementar pública é administrada por intermédio de entidade fechada de previdência complementar, de natureza pública.
- E) O servidor que ingressar no serviço público depois da instituição do regime de previdência complementar pública, somente poderá ser submetido aos seus regimentos mediante sua prévia e expressa opção.

71. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988, os servidores públicos abrangidos pelos regimes próprios de previdência social serão aposentados

- A) por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma de lei complementar.
- B) por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente de qualquer natureza, moléstia do trabalho ou doença grave, contagiosa e incurável, na forma de lei complementar.
- C) por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.
- D) por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de serviço, exceto se decorrente de acidente de qualquer natureza, moléstia do trabalho ou doença grave, contagiosa e incurável, desde que o servidor público encontre-se em estágio terminal, na forma de lei complementar.
- E) por invalidez permanente, sendo os proventos sempre integrais, qualquer que seja o tempo de contribuição e o tempo de serviço do servidor público, na forma da lei.

72. São requisitos para a aposentadoria voluntária com proventos integrais de servidor ocupante do cargo de agente administrativo que tenha ingressado no serviço público após a emenda constitucional nº 41/03, observadas as novas fórmulas de cálculo:

- A)** a) contar o servidor com 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público, podendo ser: federal, estadual, municipal ou distrital; b) contar 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria; c) comprovar idade mínima de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 35 (trinta e cinco) de contribuição, se homem, e de 50 (cinquenta) anos de idade e 30 (trinta) de contribuição, se mulher.
- B)** a) contar o servidor com 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público, podendo ser: federal, estadual, municipal ou distrital; b) contar 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria; c) comprovar idade mínima de 60 (sessenta) anos de idade e 35 (trinta e cinco) de contribuição, se homem, e de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 30 (trinta) de contribuição, se mulher.
- C)** a) contar o servidor com 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público, podendo ser: federal, estadual, municipal ou distrital; b) contar 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria; c) comprovar idade mínima de 60 (sessenta) anos de idade e 35 (trinta e cinco) de contribuição, se homem, e de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 30 (trinta) de contribuição, se mulher.
- D)** a) contar o servidor com 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público, podendo ser: federal, estadual, municipal ou distrital; b) contar 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria; c) comprovar idade mínima de 65 (sessenta e cinco) anos de idade e 35 (trinta e cinco) de contribuição, se homem, e de 60 (sessenta) anos de idade e 30 (trinta) de contribuição, se mulher.
- E)** a) contar o servidor com 15 (quinze) anos de efetivo exercício no serviço público, podendo ser: federal, estadual, municipal ou distrital; b) contar 10 (dez) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria; c) comprovar idade mínima de 60 (sessenta) anos de idade e 35 (trinta e cinco) de contribuição, se homem, e de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 30 (trinta) de contribuição, se mulher.

73. Qual das opções abaixo encerra uma afirmação correta sobre o tema “Origem e evolução legislativa da Seguridade Social no Brasil”?

- A)** A Lei Federal nº 6.435/1977 dispôs sobre o seguro de acidentes do trabalho e criou o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS.
- B)** A Lei Federal nº 5.316/1967 dispôs sobre as entidades de previdência privada e criou a Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC.
- C)** A Lei Federal nº 6.367/1976 dispôs sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e criou o Sistema Único de Saúde – SUS, originário do Sistema Único e Descentralizado de Saúde – SUDS.
- D)** A Lei Federal nº 8.080/1990 integrou o seguro de acidentes do trabalho na previdência social.
- E)** A Lei Federal nº 8.029/1990 (resultado da conversão da Medida Provisória nº 151/1990) autorizou o Poder Executivo a instituir o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

74. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988, é vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos abrangidos pelos regimes próprios de previdência social, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores

- I. portadores de deficiência;
- II. que exerçam atividades de risco;
- III. cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física;
- IV. que a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos exijam padrões de vencimento diferenciados.

Verifica-se que está(ão) correto(s)

- A)** I, II e III, apenas.
- B)** I, II, III e IV.
- C)** I, apenas.
- D)** II, III e IV, apenas.
- E)** II e III, apenas.

75. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento de proventos de aposentadoria e pensões concedidas aos respectivos servidores e seus dependentes, em adição aos recursos dos respectivos tesouros, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir fundos integrados

- A)** pelos recursos provenientes de contribuições e por bens, direitos e ativos especificados em lei, mediante regulamento complementar que disporá sobre a natureza e administração desses fundos.
- B)** pelos recursos provenientes de contribuições e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e administração desses fundos.
- C)** pelos recursos provenientes de contribuições e por bens, direitos e ativos especificados em lei, mediante, necessariamente, lei complementar que disporá sobre a natureza e administração desses fundos.
- D)** pelos recursos provenientes de impostos e taxas e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante, necessariamente, lei complementar que disporá sobre a natureza e administração desses fundos.
- E)** pelos recursos provenientes de impostos e taxas e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante regulamento que disporá sobre a natureza e administração desses fundos.

76. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento dos benefícios concedidos pelo regime geral de previdência social, em adição aos recursos de sua arrecadação, a União poderá constituir fundo integrado

- A)** por bens, direitos e contribuições de qualquer natureza.
- B)** por bens e direitos apenas.
- C)** por bens, direitos e ativos de qualquer natureza.
- D)** por bens e ativos apenas.
- E)** por bens e contribuições apenas.

77. Os benefícios pagos, a qualquer título, pelo órgão responsável pelo regime geral de previdência social, ainda que à conta do Tesouro Nacional, e os não sujeitos ao limite máximo de valor fixado para os benefícios concedidos por esse regime observarão os limites fixados na

- A) Lei Orgânica do Município apenas.
- B) lei de responsabilidade fiscal, Lei Complementar Federal nº 101/2000, exclusivamente.
- C) lei que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e de outras providências.
- D) Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988.
- E) Constituição do Estado e na Lei Orgânica do Município apenas.

78. Assinale a opção correta.

- A) Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, salvo disposição em contrário prevista, exclusivamente, no plano de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, na Constituição do Estado ou da Lei Orgânica do Município, conforme o caso.
- B) Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal poderão, em razão das peculiaridades do serviço público, conceder, por meio de lei, benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, ainda que sem base na Constituição Federal.
- C) Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal poderão sempre conceder, por meio de resolução da respectiva casa legislativa, benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, excetuada disposição em contrário em lei complementar nacional editada após a atual Constituição Federal.
- D) Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, salvo disposição em contrário da Constituição Federal.
- E) Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal não poderão nunca conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social.

79. Assinale a opção correta.

- A) A saúde é direito de todos brasileiros que residam no Brasil e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso limitado e seletivo às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- B) A saúde pública brasileira é direito restrito aos trabalhadores que contribuem para a Previdência Social nacional e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem prioritariamente à recuperação dos enfermos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- C) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- D) A saúde pública brasileira é direito restrito aos segurados que contribuem para a Previdência Social nacional e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem prioritariamente à recuperação dos enfermos e ao acesso limitado e seletivo às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- E) A saúde pública brasileira é direito restrito aos beneficiários da Previdência Social nacional e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

80. Assinale a opção correta.

- A) O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei ordinária.
- B) O regime de previdência privada de caráter complementar, organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será obrigatório, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.
- C) O regime de previdência privada de caráter complementar, organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será obrigatório, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei ordinária.
- D) O regime de previdência privada de caráter complementar, organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado em pacto intergeracional que garanta o benefício contratado, e regulado por lei ordinária.
- E) O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.